



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

LIDERANÇAS - 2014

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR - (COLIGAÇÃO PSDB - PSD - DEM - PEN - PPS - PR - PTDob - SDD)

Líder: Deputado Lafayette de Andrada

Vice-Líderes: Deputados

BLOCO AVANÇA MINAS - BAM - (COLIGAÇÃO PV - PP - PTB - PDT - PSB - PROS - PMN - PSC - PTC - PTN)

Líder: Deputado Inácio Franco

Vice-Líderes: Deputados

BLOCO MINAS SEM CENSURA - MSC - (COLIGAÇÃO PT-PMDB - PRB)

Líder: Deputado Pompílio Canavez

Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo, Rogério Correia, Ulysses Gomes, Vanderlei Miranda e Deputada Maria Tereza Lara

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Duarte Bechir, Leonardo Moreira e Luiz Henrique.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa	BTR	Presidente
Deputado Inácio Franco	BAM	Vice-Presidente
Deputado Leonardo Moreira	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Antônio Carlos Arantes	BTR	
Deputado Rogério Correia	PT	
Deputado	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jayro Lessa	BTR
Deputado	
Deputado Célio Moreira	BTR
Deputado Tenente Lúcio	PDT
Deputado Romel Anízio	BAM
Deputado Ulysses Gomes	PT
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Lamac	PT	Presidente
----------------------	----	------------



Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Pompílio Canavez	PT	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Carlos Pimenta	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca	PT
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Paulo Guedes	PT
Deputado Fábio Cherem	BTR
Deputado Lafayette de Andrada	BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Leonídio Bouças	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Duílio de Castro	BAM	
Deputado Gustavo Perrella	SDD	
Deputado André Quintão	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Gilberto Abramo	PRB
Deputado Bonifácio Mourão	BTR
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Romel Anízio	BAM
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Rogério Correia	PT

COMISSÃO DE CULTURA**Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	PT	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca	PT
Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR
Deputado Rômulo Veneroso	BAM
Deputado Zé Maia	BTR

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Rômulo Veneroso	BAM	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	PROS	
Deputado Duílio de Castro	BAM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB	



MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Romel Anízio	BAM
Deputado Braulio Braz	BAM
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Liza Prado	PROS	Presidente
Deputado	PMDB	Vice-presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Glaycon Franco	PTN	
Deputado Almir Paraca	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BTR
Deputado Leonídio Bouças	PMDB
Deputado Fred Costa	BTR
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR
Deputada Maria Tereza Lara	PT

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	PT	Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Zé Maia	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	PT
Deputado Bonifácio Mourão	BTR
Deputado Sargento Rodrigues	PDT
Deputado Duarte Bechir	BTR
Deputado Célio Moreira	BTR

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 16 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir	BTR	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Elismar Prado	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Neilando Pimenta	PP
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Rogério Correia	PT
Deputado Paulo Lamac	PT

**COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER e Juventude****Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BAM	Presidente
Deputado Ulysses Gomes	PT	Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	
Deputado Mário Henrique Caixa	BAM	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado		
Deputado Cabo Júlio	PMDB	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado André Quintão	PT	
Deputado Carlos Pimenta	PDT	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia	BTR	Presidente
Deputado Jayro Lessa	BTR	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Adalever Lopes	PMDB	
Deputado Ulysses Gomes	PT	
Deputado Romel Anízio	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado	PMDB	
Deputado Paulo Guedes	PT	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BTR	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputada Luzia Ferreira	BTR	
Deputado Inácio Franco	BAM	
Deputado	PMDB	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 16h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BAM	Vice-Presidente



Deputado João Vitor Xavier	BTR
Deputado	
Deputado Carlos Henrique	PRB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB
Deputado Rômulo Veneroso	BAM
Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Antônio Carlos Arantes	BTR
Deputado Bosco	BTR

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	PT	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Neilando Pimenta	PP	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Lamac	PT
Deputado João Vitor Xavier	BTR
Deputado Bosco	BTR
Deputado Duarte Bechir	BTR
Deputado Ulysses Gomes	PT

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BTR	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	BAM	
Deputado Romel Anízio	BAM	
Deputado Paulo Guedes	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Glaycon Franco	PTN
Deputado Duílio de Castro	BAM
Deputado Antonio Lerin	BAM
Deputado Durval Ângelo	PT

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei Miranda	PMDB	Presidente
Deputado Paulo Lamac	PT	Vice-Presidente
Deputada Célio Moreira	BTR	
Deputado Glaycon Franco	PTN	
Deputado Marques Abreu	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB
Deputada Maria Tereza Lara	PT
Deputado João Leite	BTR



Deputado Doutor Wilson Batista BTR
Deputada Liza Prado PROS

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Wilson Batista BTR Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro BTR Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin BAM
Deputado Deiró Marra BTR
Deputado Gilberto Abramo PRB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hélio Gomes BTR
Deputado Lafayette de Andrada BTR
Deputado Tiago Ulisses BAM
Deputado Sebastião Costa BTR
Deputado Tadeu Martins Leite PMDB

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi BTR Presidente
Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista BTR
Deputado Arlen Santiago BAM
Deputado Pompílio Canavez PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Henrique BTR
Deputado Sargento Rodrigues PDT
Deputado Celinho do Sinttrocel BAM
Deputado Glaycon Franco PTN
Deputado Durval Ângelo PT

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BTR Presidente
Deputado Sargento Rodrigues PDT Vice-Presidente
Deputado Cabo Júlio PMDB
Deputado Lafayette de Andrada BTR
Deputado Leonardo Moreira BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Viegas BTR
Deputado Leonídio Bouças PMDB
Deputado Sebastião Costa BTR
Deputado Duarte Bechir BTR
Deputado Tenente Lúcio PDT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis PROS Presidente
Deputado Bosco BTR Vice-Presidente



Deputado Neilando Pimenta	PP
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM
Deputado	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputada Ana Maria Resende	BTR
Deputado Marques Abreu	BAM
Deputado Braulio Braz	BAM

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 11 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM	Vice-Presidente
Deputado Paulo Guedes	PT	
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB
Deputado Elismar Prado	PT
Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado	
Deputado Inácio Franco	BAM

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO**Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Gustavo Perrella	SDD	Presidente
Deputado Braulio Braz	BAM	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Almir Paraca	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta	PDT
Deputado Antônio Carlos Arantes	BTR
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR
Deputado Zé Maia	BTR
Deputado Elismar Prado	PT

COMISSÃO DE ÉTICA**Reuniões Ordinárias:****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Bonifácio Mourão	BTR	Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	Vice-Presidente
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	BMC	
Deputado Paulo Lamac	BMC	
Deputado Inácio Franco	BAM	
Deputado Romel Anízio	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR
Deputado Carlos Mosconi	BTR



Deputado Fabiano Tolentino	BTR
Deputado Gilberto Abramo	BMC
Deputado Rogério Correia	BMC
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Rômulo Veneroso	BAM

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

- 1.1 - Plenário
- 1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/3/2014

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação, em turno único, da Indicação nº 56/2012, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Genilson Ribeiro Zeferino para o cargo de presidente da Fundação Educacional Caio Martins – Fucam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 68/2012, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Thales Rezende Coelho Alves para o cargo de diretor-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço – Agência RMVA –, em substituição ao nome de Thiago de Pádua Batista Machado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 69/2012, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Maurício Fortini para compor a Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.009, que dá nova redação aos arts. 1º e 6º da Lei nº 11.817, de 6 de março de 1995, tornando obrigatória a emissão de nota fiscal de entrada de mercadoria nas operações de compra efetivadas por desmontes, ferros-velhos e sucatas. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Glaycon Franco opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.045, que assegura ao idoso e à pessoa com deficiência que menciona gratuidade no serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros, altera a Lei nº 12.666, de 4 de novembro de 1997, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.060, que dispõe sobre o condicionamento de mercadorias no comércio varejista e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.



Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.062, que estabelece diretrizes e objetivos para a formulação e a implementação da política estadual de combate às discriminações racial e étnica e dá outras providências. (Faixa constitucional). Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.077, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibitiúra de Minas o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 12/3/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.795/2013, do deputado Paulo Lamac.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 7.201/2014, do deputado Dinis Pinheiro; 7.246/2014, da deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/3/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 12/3/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Debate, em audiência pública com convidados, sobre a situação dos circos no Estado.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 12/3/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Mensagens nºs 592, 607 e 608/2014, do governador do Estado; emenda ao Projeto de Lei nº 720/2011, do deputado Almir Paraca.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.745/2011, do deputado Tadeu Martins Leite; 2.541/2011, do deputado Leonardo Moreira; 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista; 3.984/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes; 4.376/2013, do deputado Duílio de Castro; 4.719 e 4.739/2013, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 7.079/2014, da deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/3/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 12/3/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, em audiência pública, a situação dos alunos do ensino médio que não conseguem se matricular no turno da noite devido à ausência de comprovação de que são trabalhadores, conforme exigido pela Resolução SEE nº 2486, de 20/12/2013, que dispõe sobre o programa Reinventando o Ensino Médio, com a presença de convidados.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Águas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Zé Maia, Dalmo Ribeiro Silva, Pompílio Canavez e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/3/2014, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de março de 2014.

Almir Paraca, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Bosco, Deiró Marra e Elismar Prado, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/3/2014, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.462/2012, do deputado Paulo Lamac; e 3.924/2013, da deputada Liza Prado e do deputado Alencar da Silveira Jr.; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de março de 2014.

Duarte Bechir, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Fabiano Tolentino, Fred Costa e Neilando Pimenta, membros da Comissão de Participação Popular, e a deputada Luzia Ferreira e os deputados Paulo Lamac, Carlos Pimenta, João Leite e Pompílio Canavez, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, para a reunião a ser realizada em 12/3/2014, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições das comissões.

Sala das Comissões, 11 de março de 2014.

André Quintão, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.799/2013****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Amigos de Bueno Brandão, com sede no Município de Bueno Brandão.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.799/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Amigos de Bueno Brandão, com sede no Município de Bueno Brandão, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção de atividades sociais, culturais, de lazer e de turismo.

Com esse propósito, a instituição firma convênios com outras entidades, busca a promoção de cursos profissionalizantes, incentiva os pequenos produtores rurais e artesãos e promove assistência a pessoas carentes e pessoas com deficiência.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação com a comunidade do Município de Bueno Brandão, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.799/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de março de 2014.

Celinho do Sintrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.814/2013**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do deputado Paulo Guedes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Mulheres Rurais de Sítio, com sede no Município de Porteirinha.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.814/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Mulheres Rurais de Sítio, com sede no Município de Porteirinha, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção da assistência social, da educação e da saúde, do voluntariado, do desenvolvimento econômico, social e do combate à pobreza.

Com esse propósito, a instituição busca proteger a saúde da família por meio de ações assistenciais que possibilitem o acesso da população aos programas governamentais; promove a proteção do meio ambiente; e desenvolve atividades que tenham o objetivo de habilitar e reabilitar as pessoas portadoras de deficiências.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação com a comunidade do Município de Porteirinha, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.814/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de março de 2014.

Celinho do Sintrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.838/2014**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do deputado Cabo Júlio, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto de Ação Social Projeto Restaurando Vidas, com sede no Município de Sarzedo.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.



Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.838/2014 pretende declarar de utilidade pública o Instituto de Ação Social Projeto Restaurando Vidas, com sede no Município de Sarzedo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social a pessoas carentes e a orientação às famílias, visando a uma melhor convivência.

Com esse propósito, a instituição presta assistência ao idoso, ao menor abandonado e à pessoa com deficiência, oferece assistência educacional, mantém centro de lazer e recreação, estimula a criação de atividades culturais e artesanais, incentiva o plantio de hortas comunitárias e individuais.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo referido instituto com a comunidade do Município de Sarzedo, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.838/2014 em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de março de 2014.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.720/2013

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do deputado Ivair Nogueira, o Projeto de Lei nº 3.720/2013 dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz nos Postos de Identificação da Polícia Civil e nas Unidades de Atendimento Integrado localizados no Estado informando sobre a gratuidade da emissão da primeira via da carteira de identidade e da segunda via nos casos de furto ou roubo notificados.

A proposição foi aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1 e retorna agora a este órgão colegiado a fim de receber parecer para o 2º turno, conforme dispõe o art. 102, XV, combinado com o art. 189, do Regimento Interno.

A redação do vencido, anexa, é parte deste parecer.

Fundamentação

Por meio da proposição em exame objetiva-se assegurar o conhecimento pleno, pela população, de seu direito à gratuidade na emissão da primeira via da carteira de identidade e da segunda via nos casos de furto ou roubo notificados.

Conforme salientado na discussão em 1º turno da proposição, a identificação civil é pré-requisito para o acesso do cidadão a direitos fundamentais. Ademais, o banco de dados formado pelas informações do conjunto de cidadãos devidamente identificados no órgão de segurança pública competente é um instrumento de grande relevância nas investigações criminais.

Embora tenha validade em todo o território nacional, compete aos governos estaduais a emissão da cédula de identidade. Entretanto, a falta de intercâmbio de informações entre os estados facilita fraudes na emissão do documento, conforme denunciou reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, de 13/10/2013, na qual o repórter conseguiu emitir uma carteira de identidade em Minas Gerais usando o nome de outra pessoa. Na reportagem, o Instituto de Identificação de Minas Gerais informou que a fraude é possível porque Minas Gerais ainda não tem o Afis (sigla em inglês para Sistema Automático de Identificação de Impressões Digitais), já instalado em estados como Rio Grande do Sul, Rondônia e Mato Grosso do Sul.

O governo federal busca há anos a implantação de um novo modelo de identificação civil, denominado Registro de Identidade Civil - RIC. O objetivo do novo modelo é reunir, em um documento com tecnologia *smart card*, equivalente a um cartão de crédito com *chip*, informações sobre o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF -, título de eleitor, dentre outros, sendo integrado com sistema informatizado de identificação de impressões digitais.

A Lei Federal nº 12.058, de 13/10/2009, autorizou a União a firmar convênio com os estados e o Distrito Federal para a implementação do número único de registro de identificação civil. A mesma lei prevê que os estados e o Distrito Federal, signatários do convênio, participarão do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil e ficarão responsáveis pela operacionalização e atualização, nos respectivos territórios, do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil, em regime de compartilhamento com o órgão central, a que caberá disciplinar a forma de compartilhamento de informações.

Com a implementação do RIC, é fundamental que as gratuidades na emissão do documento sejam mantidas. Segundo a citada reportagem da *Folha de São Paulo*, foi previsto um custo de R\$6.000.000.000,00, em 12 anos, para a implementação no novo modelo de identificação civil.

Diante do exposto, somos pela aprovação da proposta em análise, que reforça junto à população o direito à gratuidade na emissão da primeira via da carteira de identidade e da segunda via nos casos de furto ou roubo notificados.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.720/2013, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 11 de março de 2014.

Sargento Rodrigues, presidente - Cabo Júlio, relator - Duarte Bechir.

**PROJETO DE LEI Nº 3.720/2013****(Redação do Vencido)**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes nos Postos de Identificação da Polícia Civil e nas Unidades de Atendimento Integrado localizadas no Estado, informando sobre a gratuidade da emissão da primeira via da carteira de identidade e da segunda via nos casos de furto ou roubo notificados.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - É obrigatória a afixação, em local visível e de fácil leitura, nos Postos de Identificação da Polícia Civil e nas Unidades de Atendimento Integrado localizadas no Estado, de cartaz que informe sobre a gratuidade da emissão da primeira via de carteira de identidade e da segunda via nos casos de furto ou roubo registrados perante a autoridade policial.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 6/3/3014**

O deputado Duarte Bechir - Antes de iniciar meu pronunciamento, concedo aparte ao deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr.* (em aparte) - Gostaria de registrar, Sr. Deputado - acho que V. Exa. irá fazer o mesmo -, o falecimento do Sr. Wilson, de Campo Belo, ocorrido nesse fim de semana. O Sr. Wilson, no último dia 22, completou 80 anos. Ele era amigo daquela cidade, amigo de vários deputados desta Casa, amigo do deputado Duarte. Fica o sentimento de pesar pelo falecimento do Sr. Wilson.

Na oportunidade, Sr. Presidente, gostaria de agradecer o aparte concedido pelo deputado Bechir e de registrar que, quando existe um desgoverno numa cidade, acontece o pior. Como majoritário da cidade de Ouro Preto, fica aqui o meu pesar pelos jovens que ali faleceram, pelos crimes que aconteceram no Carnaval. Pela primeira vez na história de Ouro Preto, isso veio a acontecer. Solicito à população, à polícia de Ouro Preto que faça alguma coisa, com urgência, e que descubram quem cometeu os assassinatos, quem causou as mortes em Ouro Preto. Mais para frente, estarei também usando esta tribuna.

Parabenizo a administração de Itabirito que mostrou como se faz um Carnaval com decência, com um excelente tema: "Carnaval, paz e futebol". Ontem, a Secretaria de Cultura de Ouro Preto falava sobre isso nos programas de rádio nessa cidade e aqui na Rádio Itatiaia. É preciso parabenizar a Secretaria de Cultura de Ouro Preto, aonde o deputado Bechir está indo para tentar receber alguns votos na próxima eleição.

Para finalizar, Sr. Presidente, não poderia deixar de lembrar que, depois do que o Sargento Rodrigues disse a respeito do prefeito, com certeza nosso companheiro Pablito já está atrás dele para tentar falar: "Se o senhor não tiver culpa, vou defendê-lo nesse caso". Muito obrigado.

O deputado Duarte Bechir - Meu caro presidente, deputado Dinis Pinheiro, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, queria também saudar aqueles que, porventura, estejam neste momento sintonizados na TV Assembleia, nos quatro cantos da nossa Minas Gerais.

Sr. Presidente, na próxima quarta-feira, a Comissão de Educação, que com muita honra presidimos, aprovará requerimento de autoria de todos os seus membros, estabelecendo as datas do levantamento que a comissão fará junto às Apaes, intitulado "Diagnóstico das Apaes de Minas Gerais".

Sr. Presidente, V. Exa. é autor de um requerimento que propõe que esta Casa, deputado e secretário Wander Borges, realize uma sessão para homenagear os 60 anos das Apaes. É de autoria do deputado Dinis Pinheiro, portanto, o requerimento que visa prestar homenagem a essas instituições por seus 60 anos, as quais têm realmente uma história muito bonita de serviço prestado às crianças portadoras de necessidades especiais.

A Comissão de Educação, sensibilizada, está responsável por dar ao governo oportunidade de discutir, após conhecer o diagnóstico das Apaes, essa questão. Estaremos oferecendo, por intermédio da nossa comissão, esse diagnóstico, além de analisar a estrutura física das entidades. Sabemos que algumas Apaes necessitam até mesmo de rampas de acessibilidade, de reformas, de melhorias que propiciem aos seus alunos frequentar dignamente, da melhor maneira possível, suas escolas.

Aqui cabe, deputadas e deputados, uma ressalva muito importante. O governo de Minas já participa, deputado Rômulo Viegas, de forma efetiva, das Apaes. Os professores, em sua grande maioria, são do Estado e são liberados para lecionar nessas instituições. Cabe, portanto, essa ressalva importante de que o governo de Minas já participa de forma muito efetiva, com brilhantismo, das aulas, ao ceder seus professores às Apaes. Mas sabemos que tudo que cresce, tudo que melhora precisa de investimentos.

Comungamos com a grande maioria dos pais, que querem que seus filhos permaneçam nas Apaes, contradizendo o que a Meta nº 4, do plano decenal do governo federal, propõe, qual seja a inclusão obrigatória desses alunos no sistema comum de ensino. Deputado Rômulo Viegas, os alunos das Apaes terão a obrigação de deixar as escolas das Apaes e matricular-se no curso regular das escolas públicas, que não têm professores nem tampouco ambiente preparado para esses alunos. O professor da Apae, além de ministrar português, educação, matemática, tem consigo formação para tratar esses alunos de forma muito especial. Como um professor da rede pública, que não tem formação adequada pra tratar com os alunos, poderá oferecer-lhes a continuidade não somente da escola, mas do ambiente que propicia a escola clínica da Apae?

Concedo aparte, com prazer, ao deputado Rômulo Viegas, que, tenho certeza, muito contribuirá para o debate.



O deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, deputado Duarte Bechir. Aproveito o seu pronunciamento para reconhecer que V. Exa., além de presidir a Comissão de Educação do nosso parlamento, também é um deputado que trabalha muito na área social e ajuda muito as nossas Apaes.

É extremamente preocupante essa situação. Nós que gostamos da área social sabemos que a criança que está na Apae tem de ter, realmente, tratamento diferenciado. Na condição de professor, sei muito bem que não é fácil colocar essa criança num ambiente em que outras crianças estão em conceito de fácil aprendizado. Revejo aí a necessidade de modificarmos essa legislação. Parece que é de âmbito federal e que os governos estaduais e municipais estão tendo de obedecer a essa determinação, que traz enorme prejuízo para as crianças, para a própria instituição, incluindo-se aí os professores apaeanos, pais e funcionários.

Destaco que V. Exa. tem feito um trabalho de ponta, reconhecido, presidindo a Comissão de Educação. Vai agora, nessa caravana pelo interior, buscar esse diagnóstico e apresentá-lo às autoridades competentes, cada uma na sua competência, para achar a solução. Essas crianças, deputado Bechir, merecem o seu, o nosso carinho, mas, sobretudo, o de quem faz as leis no nosso Brasil.

O Congresso Nacional precisa tomar providências para regulamentar essa situação e evitar esse transtorno. Essa salada educacional é um verdadeiro transtorno e não levará a lugar algum. Quero parabenizar toda família apaeana, que tem se dedicado com empenho e precisa de recursos. Nós dois gostamos dessa área. Tenho certeza de que essa caravana trará um bom diagnóstico e poderá contar com nosso apoio para buscarmos uma solução mais adequada.

O deputado Duarte Bechir - Deputado Rômulo Viegas, obrigado pela importante contribuição para nosso pensamento e ideia. Também quero dizer que o deputado Elismar Prado, membro da Comissão de Educação, estará presente. Os encontros serão regionais. Faremos encontros no Triângulo Mineiro, reduto mais forte do deputado Elismar Prado, no Sul e no Centro-Oeste. Iremos ouvir as Apaes, conhecer suas necessidades e trazê-las ao governo, para que apresente propostas de ação voltadas para a causa apaeana.

O deputado Elismar Prado (em aparte)* - Deputado Duarte Bechir, muito obrigado. Vou falar rapidamente. Quero apenas parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento. Realmente é importantíssimo o trabalho e a ação das Apaes em todo o Brasil, na defesa dos direitos e da igualdade da pessoa humana, principalmente das crianças e da juventude com deficiência. Elas precisam desse trabalho. As Apaes têm uma missão muito bonita. Como membro da Comissão de Educação, vou participar desse movimento, faço questão disso. Todos os anos colocamos no orçamento da União, por meio do deputado federal Weliton Prado, recursos para as Apaes em Minas Gerais. É fundamental a alocação de recursos. Entendemos que é fundamental trabalhar a inclusão desses alunos no sistema regular de ensino, mas, ao mesmo tempo, temos de reconhecer que a legislação precisa avançar e se aperfeiçoar para resolver os problemas que eles estão enfrentando. Precisamos das escolas especiais, precisamos das Apaes, porque, infelizmente, nossas escolas, nossos professores, todo o nosso sistema não está preparado para atender com dignidade essas crianças. O trabalho desenvolvido pelas Apaes é fundamental, é maravilhoso, precisa ser mantido e precisa do nosso apoio.

Participamos de toda a mobilização nacional, inclusive perante o Congresso Nacional, o Senado Federal e o Ministério da Educação, para que possamos fazer essa regulamentação e todas as modificações legais. É preciso beneficiar e salvar essa instituição fantástica, maravilhosa, que tem todo nosso respeito e apoio. Vou participar desse movimento e das discussões que serão feitas em todo o Estado. Muito obrigado.

O deputado Duarte Bechir - Podemos notar que a causa não é do partido A ou B. A causa é de todos nós, deputados desta Casa. A responsabilidade é de todos nós. Quando o assunto é palpante, quando o assunto é necessário, todos os deputados querem utilizar a palavra. Vejo isso de forma muito especial.

O deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte)* - Quero cumprimentar o deputado Duarte Bechir, pela iniciativa de ir ao interior ouvir a base. A Apae é uma entidade santa. O trabalho que ela faz é fantástico. Cada dia percebemos mais a sua importância. Vemos com muita preocupação essa decisão de ir para o interior ouvir e discutir, porque isso mostra que realmente as Apaes estão passando por uma grave crise de identidade e financeira. Quando digo identidade, não digo a delas. Mas vemos decisões, de cima para baixo, goela abaixo, tirando delas o que têm de melhor: a capacidade de mobilizar, de transformar e de inserir o deficiente físico na sociedade.

Contem conosco. Estaremos juntos. A Apae se mostra cada dia mais importante do que se imagina. Estamos ouvindo reclamações, principalmente daquelas que são credenciadas pelo SUS. Elas estão tendo seus recursos diminuídos. Se as Apaes estão vivas hoje é em função do voluntariado, que faz a diferença em Minas e no Brasil. Infelizmente, os recursos públicos que vêm do governo federal são para diminuir e, no nosso entendimento, até para acabar com as Apaes. A inclusão desse aluno em uma escola normal é um absurdo. Há crianças com problema mental e físico muito sérios que se pretende incluir em uma escola normal, junto de crianças que têm toda sua capacidade. Isso cada dia exclui mais. Isso não é inclusão, é exclusão. Essa ida para o interior ouvir as Apaes realmente é um grande caminho para que possamos fortalecer a mobilização em defesa dessas instituições. Muito obrigado.

O deputado Duarte Bechir - Também vamos levantar a possibilidade de um encontro em São Sebastião do Paraíso e região, onde V. Exa., que tem conhecimento para debater o assunto, também tem vasta votação.

Por favor, presidente, como o assunto é importante, gostaria que V. Exa. me permitisse conceder os dois outros apartes que me foram solicitados: ao secretário Wander Borges e à deputada Luzia Ferreira. Obrigado.

O deputado Wander Borges (em aparte) - Quero parabenizar o deputado Duarte Bechir e a Comissão de Educação pela realização desse diagnóstico das Apaes no Estado de Minas Gerais. Mas também quero ressaltar que o Brasil precisa repensar essa questão. Há um grupo que defende a educação inclusiva, e outro que acha que os meninos com necessidades especiais devem continuar nas Apaes. Mas o que está faltando nesse processo como um todo é a reorganização do sistema de custeio, porque hoje, infelizmente, muitas das Apaes são custeadas literalmente pelos poderes públicos municipais.

Outrora a Sociedade São Vicente de Paulo - SSVP - era a única grande entidade filantrópica, e ainda continua sendo, deste país, mas desde então as entidades não governamentais, as associações e as Oscips avançaram muito. Hoje elas conseguem muito material permanente, como imóveis e veículos, mas enfrentam o grande problema dos recursos humanos. Se há 30 anos essas pessoas trabalhavam gratuitamente, como voluntários, hoje elas precisam de emprego. Portanto, precisamos colocar nesse bojo a questão de



quem paga essa conta, e obviamente isso tem de estar na esfera federal. Ou seja, temos de pensar na questão do custeio. Precisamos saber quantos alunos estão nas Apaes, quem vai pagar por isso e quanto. Há de ressaltar que um menino com uma necessidade especial simples, como um pequeno cadeirante, é diferente de um menino com paralisia cerebral, e os custos são extremamente variados. Portanto, isso tem de ser levado em consideração para termos uma política que realmente atinja esse público em sua plenitude. Obrigado e parabéns.

A deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Gostaria de dizer, nobre deputado, que a contradição entre a Apae e a escola regular é apenas aparente, porque uma não exclui a outra. A família tem o direito de optar, e o Estado, o poder público, tem de acolher, apoiar e ajudar as duas instituições. Entre outros motivos, ressalto a faixa etária atendida. O adulto portador de deficiência não tem para onde ir, mas as Apaes continuam atendendo as pessoas na fase adulta. Por isso, as duas instituições não são excludentes e são importantes. Além disso, nem todo portador de deficiência se enquadra na escola regular. Portanto, acho que é um erro opor uma instituição à outra, pois elas são complementares. Mesmo a criança que, por desejo da família, frequenta a escola regular necessita da Apae para outros atendimentos que são complementares aos que recebe na escola regular. Ou seja, esse é o enfoque adequado para garantirmos inclusão e cidadania a crianças e adolescentes portadores de deficiência. Muito obrigada.

O deputado Duarte Bechir - Para concluir, gostaria de comunicar a V. Exa. e aos demais pares que, como anunciado pelo deputado Alencar, faleceu e foi enterrado ontem, em Campo Belo, o empresário de Belo Horizonte Wilson Silva Couto, proprietário da empresa de ônibus Laguna, cujo filho é um dos diretores do Sindicato das Empresas de Transporte de Belo Horizonte. Estivemos presentes no sepultamento e vimos que Campo Belo parou, porque ele foi muito importante para a história da nossa cidade.

Quero registrar também o passamento do ex-vereador de Candeias Benedito Arnaldo Juscelino, ocorrido na última sexta-feira.

Foram duas pessoas muito importantes para a região de Campo Belo e Candeias que faleceram nesse final de semana. Assim, com muito pesar, registramos o passamento do empresário e líder político de Campo Belo Wilson Silva Couto, carinhosamente conhecido como Nenê Valério, e do vereador de Candeias, nosso coordenador e amigo Benedito Arnaldo Juscelino. Obrigado, presidente.

*- Sem revisão do orador.

O deputado Rômulo Viegas* - Sr. Presidente, deputado Dinis Pinheiro; demais membros da Mesa; Sras. Deputadas e Srs. Deputados; há poucos momentos, registrei aqui, com muito pesar, o falecimento do Mons. Paiva, da nossa São João del-Rei. Também gostaria de anunciar, com muito pesar, o falecimento do deputado federal Sérgio Guerra, que foi presidente nacional do PSDB, senador, um homem que deu uma contribuição fundamental e importante para o nosso partido e também, claro, para o Brasil.

Sr. Presidente, venho nesta tarde, mais uma vez, externar a minha preocupação com a situação dos municípios e, claro, dos governos no Estado. Estamos vendo, Sr. Presidente, que se multiplicam as evidências de preocupantes descuidos com a gestão das contas públicas federais, trazendo sérios prejuízos para estados, municípios e, claro, para toda a população brasileira. No âmbito federal, não há novidade. A tentativa do governo federal de mascarar a dureza dos números só agrava a impressão de falta de controle das contas públicas, que, em razão da desaceleração da economia, reduziu o ritmo de crescimento das receitas. E o mais grave, as desonerações de impostos promovidas desde 2011, com o intuito de estimular o consumo, arrebentaram muito as receitas dos estados e municípios.

É necessário rever esse modelo, Sr. Presidente, porque sabemos que todo servidor público, seja ele municipal, estadual ou federal, tem de ter uma remuneração adequada. Volta e meia estamos vendo funcionários públicos estaduais fazendo greve; funcionários públicos federais fazendo greve; funcionários públicos municipais fazendo greve. Não consigo ver ninguém, nem quem está no comando da Nação, do estado ou do município, não querer dar um bom aumento ao servidor público. Claro que qualquer um que passar pelo crivo da população e se eleger para esses cargos do Executivo no Brasil gostaria de dar um aumento aos servidores, mas o problema é receita para isso. Tem que haver dinheiro para a segurança, para a saúde. Estamos vendo, Sr. Presidente, que a situação dos municípios está cada vez mais se fragmentando para um estado de falência. O governo do Estado doa máquinas, ambulâncias; o governo federal doa máquinas, tratores; mas quem pagará o salário do motorista, seja da máquina, seja da ambulância, quem colocará combustível nesses veículos, quem dará a manutenção nesses veículos serão os prefeitos.

A presidente Dilma está dando uma creche, uma obra de R\$1.200.000,00. Ótimo, é um bom presente para a cidade. Mas quem pagará para que a creche funcione, quem pagará os funcionários, a alimentação das crianças e todo o custeio da creche, será o prefeito. O governador Anastasia dará uma UBS para a cidade tal, uma excelente obra - por R\$1.200.000,00, uma UBS do tipo II, deputado Duarte Bechir. Mas quem pagará os médicos, os enfermeiros, o custeio, os medicamentos, os aparelhos? O prefeito.

Nós que andamos muito pelas Minas Gerais e temos vários prefeitos que nos apoiam - eu e V. Exa. fomos prefeitos - sabemos da série de dificuldades por que passam os municípios brasileiros. Há necessidade de se reajustar o ICMS, de melhorar os índices do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, senão a gestão pública municipal, principalmente ela, vai à falência.

Quanto ao governo federal, é muito difícil porque tem uma arrecadação de R\$1.000.000.000.000,00. Os governos estaduais, com o pires na mão, são praticamente forçados a contrair empréstimos e mais empréstimos. Essa conta não fechará. E os municípios? Aí vem essa pergunta, deputado Duarte Bechir.

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, está reclamando até agora por que não votam no Congresso o projeto que muda o indexador do IGP-DI para, pelo menos, a Taxa Selic, dando pequeno alívio para os juros das dívidas de estados e municípios. O prefeito de São Paulo está fazendo esse questionamento. Por quê? Porque o projeto já está no Congresso e, de repente, o ministro da Fazenda interfere e pede que pare. Mal sabe ele, ou talvez saiba, o caos em que se encontram as cidades brasileiras para atenderem às demandas de saúde, segurança e infraestrutura. O governo de Minas investe o que pode na segurança pública. De acordo com dados oficiais, é o Estado que mais investe nessa área, com toda a sua característica geográfica e seu quantitativo de municípios: 853 municípios, cada um mais distante do outro, principalmente dos seus distritos. Então, está muito difícil.

Agora, em São João del-Rei, entregamos 20 veículos para ajudarmos a Polícia Militar. No entanto, a Polícia Militar precisa aumentar o efetivo. Para aumentá-lo, é preciso aumentar a folha. Quem paga a conta? Todas as penitenciárias de Minas estão



superlotadas, abrigando delinquentes de crimes federais, tráfico de drogas e armas. Oficialmente, dentro da legalidade, qual é o valor que a União repassa para ajudar os cofres dos Estados no quesito segurança? É extremamente preocupante essa situação.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - Caro companheiro deputado Rômulo Viegas, V. Exa. traz consigo a experiência e a dor de um dia ter... Digo dor, talvez pelo sofrimento e impacto que é governar um município, nas condições impostas aos prefeitos. O prefeito chega para administrar a cidade com aquele sentimento que nutre, de realizações, além disso, de transformar, em parte, a vida do cidadão e da sua gente, oferecendo-lhes, deputado Gustavo Corrêa, melhores condições na área da saúde, transporte, saneamento. Quando recebe a primeira receita, especialmente a de janeiro e fevereiro, com o reflexo do Imposto de Renda e do IPVA, o prefeito diz a seus correligionários: "Aguardem que é questão de tempo. As realizações chegarão ao seu bairro, à sua rua e localidade rural". Com o passar do tempo, vai conhecendo a realidade das receitas municipais. As primeiras, até março, no máximo, são boas, mas, depois, médias e pífiás. Quase não dá para pagar nem a folha com as arrecadações e as transferências governamentais a partir de abril e maio. O sofrimento permanece até o momento de pagar o 13º salário, no mês de dezembro.

Portanto, quando V. Exa. traz esse assunto para ser discutido nesta Casa, há uma questão que não pode fugir do seu pronunciamento: a revisão do pacto federativo. Isso não pode faltar. Quando o pai dá uma mesada ao filho e o patrão paga o salário ao trabalhador, precisam fazer o mínimo da necessidade esperada por ambos. O trabalhador tem contas a pagar, como aluguel, farmácia, prestação de imóvel, transporte e merenda do filho.

Estou fazendo essa analogia porque tanto um quanto o outro têm de ser responsáveis. Agora, deputado Rômulo Viegas, estamos falando de transferência de governos aos municípios. A revisão do pacto federativo é urgente e obrigatória. Prefeito e prefeita, quando assumirem, têm de ter ideais e possibilidades concretas de materialização e respostas ao que sonham e planejam. V. Exa., como parlamentar, municipalista, governou a nossa famosa, querida e respeitada São João del-Rei, contribui para o desenvolvimento dessa cidade e continua fazendo muito no Parlamento mineiro. Calejado, sabe das dificuldades pelas quais passou. É tão somente para dizer a V. Exa.: parabéns pelo tema proposto no dia de hoje. Parabéns, deputado.

O deputado Rômulo Viegas* - Muito obrigado.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* - Deputado Rômulo, serei breve nas minhas palavras. No início desta reunião, ouvi atentamente V. Exa. e outros deputados lamentar o falecimento de alguns companheiros. V. Exa. lamentou sobretudo o falecimento de um grande amigo de São João del-Rei.

Gostaria de solicitar que constasse nos anais da Casa o falecimento de um grande homem público. Hoje a política brasileira perde um dos homens que sempre pautou sua vida pela ética, pela coerência e pela correção, o ex-senador e atual deputado federal, ex-presidente do partido de V. Exa., deputado Sérgio Guerra, que nos deixa, como bem disse, um belo legado e aprendizado. Homem de bem, homem de família, que se dedicou nos últimos anos sobretudo às causas do seu estado, Pernambuco, procurando levar qualidade de vida aos que ali vivem. Quero apenas deixar registrado que o Brasil está hoje de luto, sobretudo os que militam e gostam de fazer política como V. Exa. e outros tantos, especialmente os companheiros do PSDB.

O deputado Rômulo Viegas* - Muito obrigado. Então, vou continuar nesse sentido, mostrar, por exemplo, o caso de São João del-Rei. O atual prefeito, Prof. Helvécio, do PT, particular amigo, colega de universidade, foi reitor da universidade e administra hoje a cidade, foi presenteado com duas creches, mas terá enormes dificuldades para fazê-las funcionar. Foi presenteado com uma UBS do Estado, mas terá enormes dificuldades financeiras para fazer funcionar tanto a UBS, tipo II, um modelo muito bom, quanto as creches doadas pelo governo federal. O governo federal doou creches, e o governo do Estado doou uma UBS tipo II, um modelo excepcional na área da saúde, mas, deputado Antônio Carlos Arantes, para funcionar, o prefeito vai ter de rebolar para arrumar dinheiro para pagar funcionários, para comprar medicamentos e aparelhos cirúrgicos. Aí fica o registro: desde a Carta de 1988, o índice de FPM de São João del-Rei é o mesmo. Houve um ajuste fiscal, uma correção cambial, mas o que a receita de São João del-Rei arrecada hoje é praticamente igual à arrecadação de 1988, quando foi escrita a Carta Magna, que determinou esses repasses constitucionais do FPM e do FPE. O PSDB ficou oito anos no governo e não mexeu nisso, o PT está aí há quase 13 anos e também não mexeu nisso. Há necessidade de revermos essa situação, mostrando que quem faz gestão pública com necessidade de ter resultados em sua porta são os gestores municipais. Prefeitos e prefeitas é que estão no dia a dia da cidade, recebendo em sua porta a demanda da sociedade em todos os quesitos: segurança, saúde e educação.

Repetindo, não consigo ver nenhuma pessoa que se candidate ao cargo de prefeito ou de governador do Estado ou de presidente da República, depois que se elege, dizer: "Agora vou prejudicar servidor público, professor, médico ou Polícia Federal". Ninguém tem essa intenção, isso não existe.

A questão é meramente a distribuição do que se arrecada no Brasil, deputado Antônio Carlos, uma fábula de impostos que são arrecadados e que precisa ser, de certa forma, mais bem-distribuída para que o prefeito ou prefeita façam uma gestão de extrema qualidade.

Quero, mais uma vez, na condição de municipalista e de ex-prefeito, mostrar a importância de valorizarmos cada vez mais a bandeira do municipalismo. Tenho a certeza de que a maioria dos deputados desta Casa, seja da situação, seja da oposição, gosta da bandeira municipalista e sabe que as prefeituras precisam de mais recursos para que possam, sim, atender às demandas sociais, às demandas da política pública brasileira.

Ao encerrar, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, externar meu sentimento de pesar pelo falecimento do Mons. Paiva, da nossa querida São João del-Rei, e de Sérgio Guerra, deputado federal e ex-presidente nacional do PSDB. Muito obrigado.

*- Sem revisão do orador.

A deputada Liza Prado* - Boa tarde. Também quero me solidarizar com o deputado Tony. Que Deus lhe dê muita força para enfrentar este momento.

Quero mandar uma mensagem à família de um grande líder comunitário de Uberlândia, Marwel, que faleceu e foi enterrado ontem. Ele foi um líder comunitário que ajudou a fundar o PT na cidade de Uberlândia e deixa saudades e uma filha. A família, muito entristecida, recebe de todos nossa solidariedade e nossas palavras de conforto.



Neste momento quero dizer também que perdemos um grande amigo, professor e motociclista, um colega com quem tive a oportunidade de pegar estrada, quando estava fazendo uma viagem com o filho no Chile, o Prof. Niltinho. Infelizmente ele também morreu, deixando sua família e todos os motociclistas sem a sua famosa e carinhosa presença. Que Deus o tenha e dê muita força a todos!

Sr. Presidente, deputado Dinis Pinheiro, queridos amigos deputados, deputadas Luzia e Maria Tereza Lara, quero usar este momento para fazer um convite a esta Casa, ao presidente e à bancada feminina. No dia 13, às 14 horas, estaremos recebendo várias mulheres engajadas na política. Em Minas há 71 prefeitas. Esta Casa, mais uma vez e juntamente com a bancada feminina, trabalha no sentido de incentivar as mulheres a participar da política.

No Dia Internacional da Mulher, 8 de março, que se aproxima, percebemos que avançamos em muitos aspectos, mas ainda, na política, a participação da mulher é muito pequena. Observem que, nesta Casa, somos apenas cinco deputadas muito combativas; porém ainda é um número insignificante - não é, Maria Tereza? Precisamos avançar; precisamos discutir e deixar cair por terra, deputado Elismar, o que muitos dizem: "As mulheres não querem ser candidatas". Isso não é verdade. As mulheres não têm a estrutura e o incentivo necessários. Conseguimos chegar aqui com muita dificuldade.

Só para terem ideia, no nosso estado apenas a deputada Luzia Ferreira é presidenta estadual de partido. E assim acontece à frente de todos os partidos. Sou presidenta do Pros, mas apenas na minha cidade. Então percebemos que precisamos avançar bastante - não é, deputada Maria Tereza? A Marta chegou a esta Casa na 5ª Legislatura e foi a primeira deputada. Percebemos que avançamos, mas a porcentagem de mulheres ainda é muito pequena.

Gostaria de dizer que nosso foco está em discutir a participação política das mulheres. Quero parabenizar a Igreja Católica por lançar tema tão importante, do qual meninas e mulheres são vítimas: o tráfico de pessoas. As mulheres são o alvo predileto, e meninas são exploradas. Mulheres que perseguem um sonho de sucesso acabam indo para outros países, enganadas com a promessa de que terão sucesso e bom emprego. Isso porque não tiveram perspectiva nem oportunidade, normalmente não têm muito estudo, a maioria é pobre. Migrantes são alvo fácil de traficantes. O tráfico de mulheres é uma coisa horrorosa.

Gostaria de compartilhar a minha fala com as deputadas Maria Tereza Lara e Luzia Ferreira. Que convidássemos as mulheres e disséssemos que estamos empenhadas em fazer com que as mulheres se entusiasmem pela política, apesar de todas as dificuldades, e que venham mostrar que lugar de mulher é onde ela quiser, e também é na política. E a bancada do batom não deixa por menos.

A deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Com certeza, deputada Liza Prado, e a parabenizo por abordar esse tema no momento oportuno, pois no dia 8 de março comemoraremos o Dia Internacional da Mulher. Você - permita-me chamá-la de você ao invés de V. Exa., pelo companheirismo - está convidando as mulheres, e quero reforçar o convite para uma reunião especial em homenagem às mulheres nesta Casa, no dia 13, às 14 horas. Está aqui também a deputada Luzia Ferreira, aguerrida presidenta do PPS estadual, e você, deputada Liza Prado, presidenta do Pros na cidade de Uberlândia.

Presidente Dinis Pinheiro, a bancada feminina fez um requerimento, que V. Exa. acatou e tem cumprido nesta Casa, e nosso assessor legislativo é testemunha, de que nenhuma reunião especial seja feita sem a presença de, no mínimo, uma mulher na Mesa. Essa é uma maneira de afirmar. Somos 52% da população, nesta Casa somos 5 em 77, felizmente são companheiras aguerridas e comprometidas. Então, presidente, quero agradecer-lhe publicamente por acatar a reivindicação da bancada feminina, fazendo cumprir essa solicitação, além do respeito que temos tido dos colegas deputados na Casa. Sabemos que historicamente isso nem sempre aconteceu. Há 40 anos, quando esse prédio foi construído, não havia banheiro feminino perto do Plenário. Isso significa que pensavam que as mulheres nunca chegariam a esta Casa. Avançamos, mas queremos muito mais, que haja democracia de gênero.

Encerrando e cumprimentando-a mais uma vez, felizmente temos a primeira presidenta no Brasil, a presidenta Dilma, que tem priorizado a área social, a educação, são 5 milhões de jovens no Pronatec. Mas, além disso, queremos que nas assembleias, nas câmaras municipais, na Câmara Federal e no Senado tenhamos uma representação maior das mulheres. Por isso são extremamente importantes as ações nesse sentido. Que, ao lado dos grandes homens desta nação, as mulheres deem sua contribuição!

A deputada Liza Prado* - E no dia 13 vamos ter oportunidade de ouvir a nossa amiga Eliana Piola, que vai nos apresentar o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres.

A deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Obrigada. Quando discutimos esse assunto publicamente - e esta Casa sempre acolheu esse debate -, estamos discutindo uma questão crucial para a democracia no Brasil. Chego a dizer que há no Brasil um déficit democrático nas nossas instituições, pela ausência reiterada das mulheres nos espaços de decisão.

Não é uma questão estatística. Temos 50% da população e 50% do eleitorado. Teríamos de, por simetria, ter 50% dos assentos do Parlamento e dos Executivos. Mas convenhamos que 90% a 10% não representam a diversidade, a participação ativa da mulher, seja no movimento social, seja nos movimentos associativos de modo geral, seja nos partidos políticos, como filiadas e militantes. Em todas as profissões que imaginarmos a mulher está presente e desempenhando bem seu papel. Nas escolas, nas universidades, nas cidades, no campo, temos hoje uma presença muito significativa da mulher ajudando a mover a economia. A política é o último reduto em que ainda não conseguimos dividir o poder, compartilhar o poder, ter um poder que represente melhor essa diversidade da sociedade. Vivemos, sim, uma democracia formal. Reconhecemos isso, mas nossa ausência revela esse déficit democrático.

Num ano eleitoral, em que discutiremos o Brasil e os estados, quem sabe chamamos a atenção para o tamanho da participação política das mulheres? Chamemos a atenção, em primeiro lugar, das mulheres para que elas também nos ajudem a construir candidaturas e posteriormente representantes eleitas. Devemos chamar a atenção de todos os eleitores para que usem o poder do voto para equilibrar o poder.

Era isso o que eu tinha a dizer. Com certeza, esses assuntos são fundamentais. Nós os discutiremos no dia 13. Esperamos que a bancada feminina da Assembleia, hoje em número de 5, no próximo ano seja bem mais significativa. Assim, certamente esta Casa também ganhará mais representatividade. Muito obrigada.

A deputada Liza Prado* - E que Deus nos abençoe para que façamos a presidência na próxima legislatura. Isso não é fácil. Percebemos que o estímulo para que as mulheres participem da vida política é muito pequeno ou quase não existe, com raras



exceções. É importante que também trabalhem para combater a violência, que se dá de todas as formas. Uma forma de violência é ferir os direitos da mulher, principalmente quando é escravizada, quando seu corpo é usado como mercadoria.

Essa é uma das campanhas que estamos fazendo. Com o apoio do presidente Dinis, tendo à frente o Betinho Duarte, conseguimos lançar a campanha Coração Azul. Essa é uma forma de luta, junto à Igreja Católica, que lançou a Campanha da Fraternidade, que trata do tráfico de pessoas. Creio que será importante discutir como está sendo o tratamento às nossas mulheres.

Em relação à violência, percebemos que falta estrutura em nossas delegacias. Avançamos, neste governo muitas viaturas foram entregues. Em Uberlândia, consegui viatura para a delegacia de mulheres, assim como *notebooks* e motocicletas. Criamos o Sistema Integrado das Mulheres - SIM -, um local em que a mulher pode ter um centro de atendimento específico para ela. Fica na Rua Cruzeiro dos Peixotos. Infelizmente, tivemos de destinar emendas para dar condições e estrutura para a mulher que sofre algum tipo de violência. Ela precisa de um local onde possa ser acolhida. Foi muito importante essa participação. As emendas das parlamentares e dos deputados contribuem para melhorar um pouco a situação de delegacias e de centros de referência da mulher. Sem estrutura e condições, dificilmente poderemos avançar.

Quanto às muitas meninas violentadas, temos combativos conselhos tutelares. No entanto, alguns conselhos não cumprem com suas obrigações. Muitas vezes não há condições para que os conselhos realizem um trabalho efetivo para proteger nossas meninas, nossas crianças, nossas adolescentes. Muitas, desde pequenas, sofrem abusos e pressão psicológica. É preciso haver pessoas, entidades, instituições e parlamentares preocupados em aumentar o número de vereadoras, preocupados e sensibilizados com todo esse caos social.

Espero que realmente possamos ajudar as mulheres, principalmente crianças e adolescentes, a crescer num ambiente saudável e de respeito. Espero também que a dignidade da pessoa humana não seja violada em nenhum momento.

É importante usarmos esse espaço político, a tribuna, para fazer um grande debate, para perguntar por que temos uma participação de cotas tão pequena, apesar de a legislação estar avançando. Estamos falando agora em 50% de candidaturas, tanto para o homem, quanto para a mulher, mas ainda percebemos que isso ainda está longe. É enorme a dificuldade para alcançarmos essa situação. Enquanto não houver uma reforma política, não seremos capazes de promover a discussão do financiamento público das campanhas, de discutir a participação efetiva das mulheres, de mostrar que nosso lugar é em todo o lugar, e na política também. Fazemos isso com competência, ao lado dos homens - porque o homem não é inimigo da mulher; homens e mulheres construindo uma sociedade que respeite a dignidade da pessoa humana, que combata, com muita firmeza, com muita coragem, o tráfico de pessoas e defenda nossas crianças e adolescentes. Dessa forma, vocês terão coragem de, nas suas cidades, não fechar os olhos, não tapar os ouvidos e ficar bastante atentos para defender nossas crianças e adolescentes.

Denunciem qualquer forma de discriminação no Disque 100 ou 180. Tenham coragem e firmeza, porque, se tiverem essa combatividade, se estiverem atentos, com certeza, teremos uma sociedade em que a participação política da mulher será maior. Assim construiremos um país que, realmente, respeitará mais da metade da população, que é de mulheres. Nós, mulheres, temos os mesmos direitos e deveres e os cumprimos com muita maestria. Mas, infelizmente, ainda temos muitas dificuldades.

Portanto, no dia Internacional da Mulher, 8 de março, desejo a todas as mulheres muita força e muita coragem, para poderem continuar na luta. Muito conseguimos, mas ainda falta mais. Tenho a certeza de que é para frente que andaremos. Vamos firmes, para conseguir desbravar e tirar todos os obstáculos que ainda estão à nossa frente.

*- Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues - Sr. presidente, deputado Rômulo Viegas, demais deputados e público que nos acompanha pela TV Assembleia, gostaria de retomar a questão colocada anteriormente, numa questão de ordem. Inicialmente, faria uma leitura, até para mostrar as incoerências e os diversos atos ilegais praticados pelo senhor prefeito, que não merece, como eu disse antes, sequer, ser chamado de senhor.

Trata-se do prefeito da cidade de Santa Efigênia de Minas. Aliás, estamos providenciando uma audiência pública, e já apresentei requerimento. O prefeito, chamado João Abnir Pinho de Souza, numa atitude irresponsável, de moleque e de extrema irresponsabilidade, eu diria, para com seus próprios municípios, faria um carnaval na cidade que governa, e o Corpo de Bombeiros da 3ª Companhia do 6º Batalhão de Governador Valadares foi acionado por populares daquela cidade, deputado Rômulo Viegas.

Farei a leitura da parte que nos interessa, deputado Rômulo Viegas, para que V. Exa. entenda a gravidade da irresponsabilidade dos atos desse prefeito.

Histórico da ocorrência que os bombeiros fizeram: “No ato da vistoria de fiscalização via denúncias DDU” - o 181, que o governo de Minas disponibiliza ao cidadão - “constatamos que havia um evento temporário denominado 'Carnaval 2014 da cidade de Santa Efigênia de Minas', no qual estavam previstos desfiles de blocos carnavalescos e alegorias, com previsão de público para 1.500 pessoas e a presença de um trio elétrico ou similar, conforme o Ofício GP 23/2014 e o Alvará de Funcionamento Eventual nº 36/2014 da Prefeitura Municipal de Santa Efigênia de Minas, sendo que o referido evento não possui processo de segurança contra incêndio e pânico e nenhum sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico no local. Verificamos ainda que o evento não dispunha de ambulância com uma equipe de atendentes técnicos em emergências médicas. Adianto-vos que o referido evento está sendo realizado em via pública com cercamento da via pública, o qual deveria constar os meios preventivos com as medidas de segurança e apresentação das rotas de fugas para garantir a segurança das pessoas. O mesmo foi cientificado ainda de que, para realizar qualquer evento público, deverá apresentar o Processo de Segurança contra Incêndio e Pânico no Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais, com 10 dias úteis de antecedência, para análise e posterior vistoria final, para finalizar todo o sistema de prevenção contra incêndio e pânico apresentado.

Auto de interdição. Nos termos do art. 5º da Lei nº 14.130/2001, lei estadual, combinado com o § 6º do art. 11 do Decreto nº 44.746/08” - decreto baixado pelo então governador, Aécio Neves - “e, em virtude de serem sido constatadas irregularidades no sistema de segurança contra incêndio e pânico do evento em questão, o que caracterizou risco iminente devido à possibilidade de pânico em caso de deflagração de incêndio, fica o referido evento 'Carnaval 2014 de Santa Efigênia de Minas' interdito para



funcionamento, considerando estar o mesmo infringindo as normas do regulamento de segurança contra incêndio e pânico estadual, Lei nº 14.130/01, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 44.746/08 e suas respectivas instruções técnicas, por colocar em perigo a vida, a saúde, o bem-estar e a integridade física e psicológica das pessoas, o patrimônio próprio e/ou alheio. A inobservância das medidas adotadas poderá gerar ao infrator as sanções previstas na esfera penal, civil e administrativa. O senhor prefeito municipal responsável pelo evento tomou conhecimento das medidas adotadas, tendo o mesmo se negado a assinar o auto de interdição, assim como tal, determinou a secretária de Cultura, qualificada nº 1 deste relatório, e/ou qualquer outro funcionário da prefeitura a assinar o auto de interdição. Tendo dito ainda que o senhor promotor de Justiça, assim como o Corpo de Bombeiros Militar, não tem poder para interditar o evento realizado pelo mesmo, informando que o evento irá ser realizado com a aprovação ou não dos mesmos. O fato foi presenciado pelo Sgt. Gabriel Conceição da Rocha, Sgt. Douglas Neves de Carvalho e o Cb. Simão Conrado Pires Júnior, lotados no 4º Grupamento do 4º Pelotão da 46ª Cia. e 25ª Cia. Independente. O responsável pela sonorização, qualificado no campo 3, foi cientificado das medidas adotadas, tendo o mesmo sido cientificado de que não poderá ligar o aparelho de som”.

Sr. Presidente, esse foi o BO elaborado pelo Corpo de Bombeiros Militar da Companhia de Valadares, onde também foi realizado o auto de interdição. O bombeiro, deputado Rômulo Viegas, tem esse poder de fazer a interdição. Ele não depende de uma ordem judicial, pois tem qualificação técnica para dizer: “Olha, esse local não está apropriado para realização do evento, está interditado”, conforme lei estadual votada nesta Casa, decreto regulamentado pelo governador na época, Aécio Neves, datado de 2008.

O que nos chama a atenção nesse episódio é que esse prefeito arrumou uma lambança, uma série de atrocidades contra o destacamento local. Ele insuflou a população a não acatar a ordem judicial quando os policiais disseram: “Olha, não liguem o som”. Estava aqui uma ordem interditada. Se ligar o som e começar o carnaval, não consegue conter a população. Afinal, o jovem que está ali e as outras pessoas não estão preocupadas com a legalidade do ato. Quem tem o dever de se preocupar são os homens públicos: prefeito, vereador, deputado, juiz, promotor, policial, que devem zelar pelo cumprimento dessas normas.

O que ocorre, deputado Rômulo Viegas e demais telespectadores que estão nos assistindo, é que esse moço, conhecido pelo nome de João Abnir Pinho de Souza, que se diz prefeito dessa cidade - e isso não é papel de um prefeito, é de um moleque, de um irresponsável -, conclama a população à desobediência à lei. Esse moço deveria ser o primeiro a cumprir a lei. E ainda disse para os quatro cantos da cidade que retirará os policiais do destacamento. Fez uma lambança, descumpriu a lei, desobedeceu até ordem judicial, porque não parou na ocorrência. O bombeiro encaminhou essa ocorrência para o Ministério Público, esse órgão despachou para o juiz, que baixou uma determinação. O juiz determinou que, se fosse feito, haveria uma multa de R\$50.000,00. O prefeito disse para a cidade toda que nem o sargentinho de merda, nem o promotor, ninguém o iria impedir, porque quem mandava na cidade era ele, e, portanto, que ele realizaria o carnaval de qualquer jeito. Ele liderou obviamente seus partidários, aquela turma mais próxima, que certamente o ajudou na campanha, a ir à casa do sargento e apedrejar o portão, arrebentar o cadeado. Estavam dentro da casa do sargento sua esposa, sua filhinha de 2 anos, uma sobrinha de 9 e outra de 10. As crianças ficaram completamente traumatizadas. E o prefeito lá fora, liderando parte da população e apedrejando a casa do sargento. Não satisfeito, depois que as viaturas chegaram para dar o reforço, para retirar essa multidão de lá e tentar prender o prefeito, ele saiu escondido no meio da multidão. No outro dia, o prefeito voltou com outra multidão e jogou dezenas de bombas na casa do sargento, fazendo ali uma verdadeira guerrilha contra a guarnição local.

O prefeito deveria entender que, primeiro, somos regidos por princípios. Disse aqui em minha questão de ordem que nem o deputado Rômulo Viegas, nem o deputado Dinis Pinheiro, presidente, nem este deputado podemos fazer o que dá em nossa cabeça. O que o legislador constituinte disse? Ao particular, o que não é proibido é permitido, deputado Rômulo Viegas. A Constituição da República, no inciso II do art. 5º, diz que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Mas para a administração pública o comando da lei é diferente, ele é imperativo e diz o contrário. Art. 37 da Constituição da República: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade - e aqui acrescentado pela nova doutrina - e eficiência”.

Pergunto, deputado Rômulo Viegas: será que esse prefeito, quando foi à câmara tomar posse, sabia que havia feito um juramento de defender a Constituição da República, a Constituição do Estado, a lei orgânica do município e as demais leis? Será que ele se esqueceu disso? Esse moço insuflou a população a cometer uma série de crimes e cometeu uma série de crimes - desacato, desobediência, depredação, dano. Olha, é quem está investido no cargo de prefeito. E depois tentou sair como vítima, dizendo que os policiais do destacamento foram arbitrários, que o prenderam desnecessariamente, que prenderam sua secretária de Cultura desnecessariamente. Um moleque, um irresponsável, não há outros adjetivos para esse moço. Ele deveria ser o primeiro a obedecer à lei, porque ele é prefeito.

Se fosse um empresário particular, teria o dever de obedecer à lei, mas não tanto quanto o administrador público que só pode fazer ou deixar de fazer o que a lei determina. Para o particular, o que não é proibido é permitido, diferente do que ocorre na administração pública do município, em qualquer Poder, em qualquer repartição.

Não podemos, deputado Rômulo Viegas, entender que, por sermos deputados, por fazermos a lei, estamos acima dela. Temos a Constituição da República. Esse prefeito, esse moço, que não deve ser chamado sequer de senhor, João Abnir Pinho de Souza, desacatou os policiais, cometeu crime de dano e de depredação, instigou e fez apologia ao crime e cometeu uma série de delitos.

Apresentei requerimento protocolado e pedi ao deputado João Leite que marcasse uma audiência, o mais rápido possível, para votar esse requerimento, deputado Rômulo. Gostaria muito que V. Exa. estivesse conosco, dando-nos apoio, porque a Polícia Militar foi completamente desrespeitada e violentada. Ele ainda sai dizendo, aos quatro cantos, que vai vir à Assembleia pedir apoio aos deputados para a retirada dos policiais da cidade. Tenha santa paciência! Esse prefeitinho devia ter vergonha na cara. Ele devia se olhar no espelho para ver se realmente está cumprindo a Constituição da República antes de dizer que vai retirar os policiais.

Vim à tribuna, deputado Rômulo, dizer ao prefeito que, da mesma forma que ele vai vir a esta Casa pedir apoio aos deputados para retirar os policiais, do lado de cá há um deputado que vai fazer a defesa da ordem, da legalidade, da manutenção dos policiais. É uma pena que não possamos transferir prefeito de município, porque esse era um candidato fortíssimo a ser transferido.



Mas, quem sabe?, por meio do Ministério Público, do Judiciário, possamos levar esse moço ao devido processo legal, para que seja acusado, processado e condenado com a perda do mandato. E que ele entenda que, como prefeito, tem de ser o primeiro a obedecer.

Então, deputado Rômulo, não podemos permitir que um cidadão desqualificado e despreparado faça o que fez. Vou dizer aos deputados desta Casa e a todos os que nos acompanham pela TV Assembleia: há três formas de ele conseguir ser chefe de polícia. Já disse isso várias vezes, o próprio deputado Rômulo já me ouviu dizer isso. Ele poderá ir para a Rua Gentil Alberto de Menezes, no Bairro Nova Gameleira, ser delegado de polícia; ou pode fazer inscrição na Rua Diabase, 320, para ser oficial da Polícia Militar, seguir carreira e comandar; ou então do jeito mais fácil, deputado Rômulo, pode ser candidato a governador e vai ser chefe supremo das duas polícias. Aí, sim, ele vai poder falar em transferir.

O deputado que vem a esta Casa pedir a cabeça de um sargento, de um soldado ou de um tenente da Polícia Militar, seja quem for, está contribuindo para a ilegalidade. Ele está fazendo politicagem, não está fazendo o que é mais belo no nosso mandato, que é a procuração que recebemos nas urnas: fazer política com “P” maiúsculo, para o coletivo, sempre obedecendo à lei, que é a norteadora das nossas ações.

Querro, Sr. Presidente, desabafando e dizendo: esse prefeito não é digno de ser prefeito da cidade, é moleque irresponsável. Queremos dizer isso a ele, na sua cidade, na audiência pública, por meio do requerimento da Comissão de Segurança Pública.

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Deputado Correia, foi bom V. Exa. abordar o assunto. Qualquer ser humano está sujeito a erro. Não posso, é claro, adentrar essa questão pontual. Mas posso aqui, de uma forma muito clara e transparente, falar da história de vida dele. Ele é um homem muito bom, um homem trabalhador, um homem dedicado, um homem simples, um homem honrado. A Presidência da Assembleia não está aqui para passar a mão em qualquer erro. Se, por ventura, houve algum erro, acho importante que a Comissão de Segurança Pública, o governo e o Comando-Geral façam todas as apurações. Lógico que precisamos compreender e respeitar o Sargento Rodrigues, mas discordo quando se fala em cassação. É preciso cassar quem está roubando, quem está furtando. Mas ele é um homem do bem.

Agora, se cometeu alguma ilicitude, tem de ser penalizado de forma exemplar. Mas, como ser humano, tenho por ele admiração e apreço. Conheço a sua história. Homem muito simples, de vida muito pacata, muito modesto. O pai dele foi vereador. Prefiro fazer manifestação depois de toda a apuração completa, por inteiro, isenta, sem paixão, até para não praticar nenhuma injustiça. Como ser humano, digo, alto e bom som: trata-se de homem de bem, tanto que foi conduzido à missão maior do município que muito me honrou e me honra. Portanto, espero que não somente a Comissão de Segurança Pública, mas o Comando-Geral, todas as instituições, enfim, façam a apuração com intensidade, elucidem os fatos, e, aí, sim, todos vão ter oportunidade de se manifestar com muita clareza.

O deputado Rogério Correia* - Deputado Dinis Pinheiro, embora o meu tempo hoje não seja integral, peço a V. Exa. um pouco de paciência, porque trago um assunto também muito importante. Certamente ele já estaria nas páginas dos jornais e repercutindo na mídia se tivéssemos em Minas Gerais liberdade de imprensa. Aqui é sabido que não temos essa liberdade. Então, o que precisa ser divulgado, mas não tem o aval do governo do Estado, não ganha as páginas dos jornais. Assim, muitas coisas são escondidas debaixo do tapete e as averiguações não são feitas.

O caso é tão grave, Sr. Presidente, colegas deputadas e deputados, que envolve trabalho escravo em Belo Horizonte. Para ser mais preciso, deputado Ivair Nogueira, que agora preside a nossa reunião, são 179 trabalhadores escravizados em Belo Horizonte. Imaginem, trabalho escravo em Belo Horizonte já seria por si só motivo de averiguação da imprensa exercendo a sua liberdade e colocando nas televisões, rádios e jornais esse assunto, pautando e fiscalizando o que acontece.

Então, são 179 que trabalham como terceirizados de uma empresa pública. Sabem em qual empresa pública esses 179 trabalhadores prestavam trabalho escravo? Na Cemig, ou seja, ela contratou uma empresa que utiliza trabalho escravo. Foi avisada disso. O sindicato denunciou, mas a Cemig absolutamente nada fez e continuou contratando essa empresa de trabalho escravo.

Passo a relatar o que era esse trabalho escravo urbano que aqui estava acontecendo, que foi denunciado e averiguado por seis meses pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Repito, a Cemig sabia do caso.

Os 179 empregados trabalhavam em reparo e construção da rede elétrica da Cemig e estavam submetidos a jornadas exaustivas sistemáticas. Segundo o auditor fiscal Marcelo Gonçalves Campos, que coordenou a operação, era comum os trabalhadores passarem, pasmem, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, mais de 11 horas por dia em serviço. Além disso, o descanso entre jornadas era abaixo do permitido na legislação trabalhista e os empregados não tinham nenhum dia de descanso semanal.

Repito, isso aconteceu em Belo Horizonte, sob os olhos da Cemig, praticado por empresa por ela contratada. Quando a carga de trabalho excedia os limites legais, era comum o pagamento de valores por fora. Além de submetidos a jornadas exaustivas, os trabalhadores não tinham água potável, banheiros ou lugar para comer. “Se nós fazemos essas exigências no meio rural, temos também que exigir o cumprimento dessas obrigações no meio urbano”, ressaltou o auditor.

Vejam bem, esses trabalhadores não tinham água potável, banheiro e lugar para comerem. Entre os 179 trabalhadores, 82 eram migrantes e estavam alojados em condições degradantes. O sindicato e o auditor fiscal possuem a fotografia desses trabalhadores alojados nessas condições. As sete casas onde os que não eram de Belo Horizonte viviam estavam sujas, não dispunham de armários e tinham entulho e lixo acumulados em áreas comuns.

A denúncia em questão chegou ao Ministério do Trabalho e Emprego por meio do sindicato da categoria. De acordo com Jefferson Leandro da Silva, o Jefinho, diretor do Sindieletrô, um dos empregados se suicidou em seu alojamento, em fevereiro de 2013. “Quando fomos conversar com os trabalhadores, eles relataram as dificuldades de trabalho e de viajar para casa, por causa da jornada”. Segundo Jefferson, os colegas explicaram que esse foi o motivo do suicídio.

De acordo com o auditor fiscal, Marcelo Gonçalves Campos, a Cemig dificultou o resgate dos trabalhadores e se negou a pagar as verbas rescisórias devidas. “Tentamos até o limite”, afirmou o auditor, que, para tentar garantir o direito dos empregados, encaminhou farta documentação ao Ministério Público do Trabalho. A empresa contratada pela Cemig é a CET Engenharia Ltda. Ela é uma empresa terceirizada e colocou 179 trabalhadores submetidos a trabalho degradante.



Sr. Presidente, deputados e deputadas, essa conclusão não é minha nem do sindicato, mas da auditoria do MTE. Trata-se de trabalho degradante, trabalho assemelhado ao trabalho escravo, feito nas barbas da Cemig, que contratava essa empresa. Esses trabalhadores faziam o reparo da rede elétrica. E, mesmo sabendo disso, a Cemig os manteve submetidos a trabalho escravo em Belo Horizonte. Já passei isso como pauta para jornais, televisões e rádios de Belo Horizonte, mas infelizmente a imprensa fez ouvido de mercador. Isso não pode ser revelado, porque a Cemig é uma das principais empresas que financiam a imprensa mineira, o que não é segredo para ninguém.

Realmente não poderia deixar de fazer essa denúncia após o carnaval. É muito grave. Imaginem 179 pessoas trabalhando como terceirizadas para a Cemig e fazendo esse tipo de serviço em Belo Horizonte. Isso aconteceu nas barbas da Cemig, da presidência da Cemig, da diretoria da Cemig. Ela é uma empresa que ganha absurdos e não precisaria contratar trabalho escravo na nossa cidade.

A conclusão de que esse trabalho é análogo ao trabalho escravo, repito, não é minha nem do sindicato, mas do MTE. Vivemos essa farsa em Minas Gerais. Imaginem se isso saísse publicado na imprensa como deveria. Presidente, desculpe-me a demora. Imaginem, se isso fosse na Petrobras, qual seria o título da revista *Veja*? Já imaginaram? “Dilma submete trabalhadores à escravidão.” O título seria esse. Ainda mostrariam a Dilma com um chicote em cima. “Olhem o que a Dilma fez!” Isso seria um escândalo. A Globo colocaria na 1ª edição do *Jornal Nacional*. Os tucanos pediriam ao Congresso Nacional uma CPI - não é verdade? “Dilma admite trabalho escravo na Petrobras. A Petrobras quebrou.” Cada dia haveria um capítulo de novela contra o governo federal. Mas aqui não merece da imprensa uma linha. Eram 179 trabalhadores em situação de trabalho escravo em Belo Horizonte, e a Cemig sabendo disso.

Após seis meses de investigação, o Ministério do Trabalho e Emprego chega a essa conclusão, e a Cemig finge que não sabia de nada e que não era com ela, contando, repito, com o silêncio da imprensa.

Sabe o que isso merecia nesta Casa, presidente? Uma comissão parlamentar de inquérito para sabermos de quem é a culpa por assegurar em Belo Horizonte um trabalho escravo como esse, prestado por operários que fazem, repito, a manutenção da rede elétrica da nossa capital. Sabem aqueles trabalhadores terceirizados que vemos, às vezes, correndo risco de vida? Uma empresa tinha 179 deles em condição de trabalho escravo, cumprindo uma jornada de 11 horas por dia e recebendo por fora. Depois, presidente, vou trazer a foto do local em que ficavam, que era um lixo.

Eram sete casas completamente imundas. É lá que viviam. E não podiam sair porque a jornada de trabalho os impedia. Trabalho escravo! É demais! Mantido por uma empresa que cobra a energia mais cara do Brasil. É absurdo que uma empresa como a Cemig dispense esse tipo de tratamento a trabalhadores.

Assim, estou solicitando, nas Comissões de Direitos Humanos e de Trabalho desta Casa, a realização de uma audiência pública para falarmos dessas condições de trabalho. Vou trazer aqui esses operários, e vamos ver se a imprensa mineira tem a dignidade de ao menos noticiar que há trabalho escravo em Belo Horizonte, na empresa mais rica que temos no Estado, que é a Cemig. Quero ver se isso vai sair ao menos em um local, além da TV Assembleia. Aliás, também vou marcar um dia na TV Assembleia para falarmos desse caso.

Era isso o que eu queria falar hoje, presidente. Mas resta outra grave denúncia a fazer, sobre aquele programa que o governo do Estado fez e que está sendo anunciado na televisão. O governo chama o programa de Reinventado o Ensino Médio, mas na verdade, como vou mostrar depois, é “inventando a propaganda do ensino médio”. Falarei em outra oportunidade, portanto, sobre o “inventando a mentira do ensino médio”, e V. Exa. vai saber por quê.

Mas deixo hoje registrada a denúncia sobre o trabalho escravo em Belo Horizonte, na Cemig, feito por aqueles que fazem a manutenção da rede elétrica. Isso é um absurdo, e os trabalhadores e o povo de Minas Gerais precisam saber como a Cemig e o governo do Estado tratam trabalhadores que deveriam ser bem tratados. Obrigada.

*- Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 10/3/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Deiró Marra

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 19/2/2014, que nomeou Luiz Eduardo Salomão Mendonça para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Leandro Melo Cunha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Durval Ângelo

nomeando João Pedro Campos Rios Junior para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Gabinete do Deputado Inácio Franco

exonerando Délio Alves Ferreira do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando Rodolfo Malaquias Ribeiro do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 4 horas;

nomeando João José Santana Teixeira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 4 horas;

nomeando Rodolfo Malaquias Ribeiro para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Vítor Xavier

nomeando Maria Geralda dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.



Gabinete da Deputada Rosângela Reis

exonerando Grazielli Luzia Magalhães Nascimento Martins do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas; nomeando Grazielli Luzia Magalhães Nascimento Martins para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Judas Tadeu da Silva Araújo do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;

nomeando Délio Alves Ferreira para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Antonio de Padua Cardoso Filho do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Daniela Silveira da Cunha do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;

exonerando Eugenio Mendes Diniz do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Ouvidor;

exonerando José de Paula Moreira do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;

exonerando Mauro Tadeu Rocha do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;

exonerando Moisés Correia do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social;

exonerando Sérgio Dorizete dos Santos do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

nomeando Cristiane Guimarães Moreira para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;

nomeando Eugenio Mendes Diniz para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;

nomeando Joane Almeida Ribeiro para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando José de Paula Moreira para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Tiago Ulisses, Vice-líder do Bloco Avança Minas;

nomeando Mauro Tadeu Rocha para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Ouvidor;

nomeando Sérgio Dorizete dos Santos para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;

nomeando Tatiana Alves Eugênio para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

TERMO DE CONTRATO CTO/12/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Mundial Serviços Ltda.-EPP. Objeto: cessão de mão de obra de 24 empregados para atividades de vigias/porteiros, com fornecimento de uniformes, equipamentos de segurança e materiais necessários. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 50/2013. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.



ERRATA

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/12/2013

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/1/2014, na pág. 4, no título, onde se lê:

“19ª”, leia-se:

“18ª”.